

Lisboa

Memória e projecto

Vítor Matias Ferreira*

Resumo: Começando com uma breve apresentação do contexto histórico, cultural e urbano da formação da Lisboa moderna, a partir de meados do século XVIII até hoje, este ensaio tenta realçar o tempo de permanência de uma matriz sociocultural que identifica a memória da cidade. Do ponto de vista civilizacional, essa matriz tem um duplo estatuto, ao mesmo tempo Atlântico e no Mediterrâneo, no qual o processo de modernização introduziu várias transformações e as adaptações sem romper definitivamente com essa situação. Mas a cidade de Lisboa é hoje uma metrópole, embora fraca, na sua configuração territorial e institucional, que permite destacar o aparecimento de um Projecto da Cidade Contemporânea de Lisboa.

Intróito

A cidade é memória, mas também projecto, é história, mas em permanente processo de mudança. Esta interacção permanente entre *memória e projecto*, confere à Cidade a sua própria identificação, que deste modo se vai reconstruindo sucessivamente em função de padrões económicos, sociais e culturais que em cada período histórico se forem sedimentando. Por outro lado, a condição por excelência da cidade é *ser pública*, independentemente da natureza jurídica (pública ou privada) do seu espaço edificado. Por isso, os espaços de utilização social e de apropriação colectiva, que não esgotam aquela natureza pública, são espaços de exercício pleno da *cidadania*. Além disso, a cidade é também *património*, como herança daqueles múltiplos padrões urbanos, estruturando, assim, o processo de identificação da cidade. Este património é histórico e cultural, naturalmente, sendo contudo muito mais abrangente do que o que se reporta, com essa mesma designação, aos elementos urbanos oficialmente classificados pelos poderes públicos. A cidade é, portanto, *património urbano*, não no sentido imobilista e “museográfico”, pelo contrário, mas enquanto dimensão fundamental da referida

dialéctica da memória e do projecto. Por isso, em cada época histórica, a cidade é revitalizada com novas projecções patrimoniais, mas numa constante interacção com a cidade existente e num diálogo permanente com os padrões identitários da cidade que historicamente se foram consolidando.

Historicidade e Mudança Urbana

É um período longo, de cerca de um quarto de milénio, da história, da cultura e sobretudo da urbanização de Lisboa, que aqui se apresenta, não propriamente numa abordagem da história urbana ou mesmo de historiografia dessa cidade, mas antes na perspectiva de caracterização da mudança social e urbana de Lisboa ao longo daquele período (como procurámos demonstrar noutro momento – cf. Matias Ferreira, 2004). Correspondeu, realmente, a um largo ciclo histórico de formação, expansão e relativa consolidação do que pode ser entendido como o ciclo da modernidade, ou noutros termos, da modernização de Lisboa. Trata-se de uma necessidade heurística, no sentido de tentar apreender os momentos mais significativos desses mesmos processos de mudança, que implicaram, de modo indelével e naquele extenso arco temporal, impor-

*Professor Emérito de Sociologia – ISCTE-IUL (aposentado). Contacto: matias.ferreira@sapo.pt.

tantes e decisivas mudanças na *lógica* e no *sentido* da respectiva urbanização de Lisboa. Assinalemos, então, de modo necessariamente breve, aqueles momentos de significativa mudança do quadro social e urbano de Lisboa. Numa perspectiva macro, de ciclo temporal longo, quatro momentos da história urbana de Lisboa parecem demarcar, com acentuada relevância, uma radical mudança nos respectivos processos sociais e espaciais daquele território.

Sem dúvida que o processo de reconstrução de Lisboa, mas sobretudo o modelo urbano proposto e progressivamente concretizado, no seguimento do dramático terramoto que assolou aquela cidade em 1755, acabou por projectar a formação histórica e urbana da Lisboa Moderna. Constituiu uma matriz social e espacial, correspondente às dominantes mudanças económicas e políticas da época, sobretudo na Europa, que indelevelmente se inscreveu na cidade, de tal modo que, ainda hoje, se afirma como uma referência histórica e urbana fundamental – concretamente a Baixa Pombalina. E se essa parece ser a marca distintiva da cidade moderna, a sua perdurabilidade no tempo releva, em grande medida, do próprio modo como se incrustou no respectivo espaço, de tal forma que somente nos finais do período oitocentista parece possível assinalar uma significativa ruptura daquele projecto pombalino, quando a cidade se abre então na sua expansão para norte. De um modelo urbano demasiado centrípeto, virado para o que poderíamos designar de “umbigo pombalino”, a cidade rompe essa lógica no sentido do que, apropriadamente, ficou até hoje designado por Avenidas Novas, num movimento centrífugo para além dos limites anteriores, ainda que, paradoxalmente, “voltando as costas” ao rio que esteve na sua origem.

Já no século vinte, um terceiro momento decisivo de mudança social e urbana da modernização de Lisboa, irá decorrer de uma conjuntura política e urbanística bem demarcada, no quadro mais amplo do regime autoritário do Estado Novo. Com efeito, em torno de um específico período nos anos 30/40 do século passado, um conjunto de circunstâncias muito particulares, mas politicamente convergentes, irá estar na origem de uma determinada proposta urbana para Lisboa, configurando aquilo que, hoje,

poderíamos designar de um intencionado “projecto de cidade”. Constituiu, realmente, uma conjuntura política e económica relativamente anómala face à matriz institucional e sociológica do respectivo regime político – conjuntura muito polarizada em torno de Duarte Pacheco, uma das figuras mais controversas do Estado Novo – que deixou marcas muito perenes no país e sobretudo na sua capital. No entanto, não se tratou propriamente, inclusive no caso de Lisboa, de uma conjuntura homogénea, o que nos levou a identificar esse período num quadro acentuadamente contraditório, oscilando entre um (sempre presente) autoritarismo político e uma (precária, mas relevante) modernidade urbanística. Num tal contexto, aquele específico “projecto de cidade”, que se irá prolongar até meados da década de quarenta, acabou por inscrever no respectivo território uma malha urbana de matriz “rádio concêntrica” e cuja lógica não deixou igualmente de perdurar muito para além da referida conjuntura.

Um hiato temporal de cerca de duas décadas irá perdurar a partir daquela conjuntura, deixando a cidade (mas também o país) num acentuado “cinentismo” político e social, que os anos 60, por uma razão ou por todas, acabará por abalar inelutavelmente. Em relação a Lisboa, inicia-se então um processo, aparentemente irreversível, de expansão territorial e demográfica para além dos seus limites administrativos, ao mesmo tempo que o seu espaço central se vai sucessivamente terciarizando, na directa medida do seu progressivo esvaziamento populacional. Cresce e expande-se, então, o que mais tarde será designado (e institucionalmente consagrado!) como constituindo a “área metropolitana de Lisboa” (ainda que envolvendo um território difuso e politicamente incongruente), num processo de intensa ocupação territorial sobretudo a partir da década de 70. No entanto, e ao contrário dos restantes momentos de mudança, que referimos atrás, este último período não se irá desenvolver segundo uma lógica e um sentido *publicamente* direccionados, sendo antes a resultante de múltiplos vectores que, em última instância, remetem para a ordem do “privado”, independentemente da natureza jurídica daqueles processos de ocupação e de expansão territorial.

Figura 1 - “A marca distintiva da cidade moderna” (plano da Baixa Pombalina, depois de 1755)



Figura 2 - “O movimento centrífugo” (mapa de Lisboa, 1901)



Os anos 90 do século passado reintroduziram uma lógica de política urbana de Lisboa bem distinta da década imediatamente anterior. Realmente, a formação de uma maioria política de esquerda na administração do Município, na base de um programa de ruptura com o passado recente, procurou inverter uma prática política hegemonizada, até então, pelos interesses fundiários e imobiliários de natureza privada. Ainda que, por vezes, de uma forma um tanto difusa e contraditória, aquele programa político acabou por apontar para um determinado “projecto de cidade” – muito influenciado pela experiência política e urbana de Barcelona – nomeadamente através da criação de diversos instrumentos urbanísticos de carácter estratégico e de planeamento urbano, mas também no quadro das infraestruturas de circulação, do ambiente e

também ao nível simbólico e cultural. Assim, por exemplo, Lisboa, Capital da Cultura em 1994 e, depois, a Expo Internacional de 1998, constituíram duas ocasiões de mudança urbana, mas também dois símbolos emblemáticos, ainda que marcados por alguma ambiguidade e mistificação, desse período. No final dos anos 90, a cidade como que regressa às situações anteriores, havendo contudo, no período actual, uma nova fase como que de transição, quer ao nível das intervenções no espaço público, quer no quadro da reabilitação urbana, com alguns sinais de um eventual regresso a um novo projecto urbano para a cidade, não necessariamente coincidente com o da década de 90. Mas independentemente dos limites municipais de um tal projecto político, parece inegável a necessidade da sua projecção, precisamente, num quadro mais amplo, territorialmente metropolitano.

Ao fim e ao cabo, a actual configuração urbana e territorial da capital do país tem um nome *próprio*, independentemente de poder vir a ter um correspondente estatuto institucional, a que se julga pertinente designar de *Metrópole de Lisboa*. Digamos que, de forma breve, *a metrópole é o novo nome do urbano*, um urbano a que durante muito tempo associámos a conotação social e espacial da cidade de Lisboa! Deste modo, o que está em causa é a respectiva agregação de “massa crítica” territorial (no sentido amplo do termo, que incorpora também o social e o cultural), necessária para que a *Metrópole de Lisboa* se possa projectar como interlocutora de um diferente ordenamento urbano, quer ao nível interno, quer face ao exterior. Estamos, assim, perante uma polarização de Lisboa em torno do Tejo, assumido como um específico “mar urbano”, que permite dinamizar e estruturar uma *metrópole de duas margens*, organizando um território de assumido protagonismo metropolitano. Em última instância, será no próprio quadro da Região Metropolitana de Lisboa que tanto a *Metrópole*, como as restantes e diversas unidades espaciais, deverão ser inseridas, agora num contexto de um necessário reordenamento regional.

Mar Urbano e Identidade Metropolitana

É patente a condição de Lisboa enquanto *cidade de água*, na sua estreita relação com o *mar urbano* que lhe esteve na origem e que lhe confere uma identidade muito particular. Não é somente a forma física, o que não seria de somenos, que sustenta esta fundamental condição de Lisboa. Partindo da constatação que as frentes de água de cidades marítimas ou fluviais constituem os próprios paradigmas das cidades de água, aquela condição abre-se, assim, para uma *fronteira territorial* (que não deve ser vista propriamente como um “obstáculo”), configurando uma determinada *simbologia identitária* e assumindo uma *projecção histórico-cultural*, num conjunto de dimensões que, globalmente, permitem uma caracterização determinante daquelas frentes de água. Dimensões articuladas entre si, naturalmente, em cujo contexto são tecidos os laços patrimoniais das cidades históricas e portanto, também, da cidade de Lisboa. Justifica-se uma tal afirmação recordando, igualmente, que muito embora as cidades históricas, marítimas ou fluviais, tenham atravessado, muitas vezes, situações de crise, sobretudo no quadro económico e político, o mesmo não terá acontecido ao nível da sua própria identidade histórica e cultural, cuja perenidade acabou por sedimentar e projectar os traços patrimoniais, identitários realmente, daquelas mesmas cidades históricas.

Mas a cidade de água de Lisboa tem, ainda, uma dupla condicionante histórica e cultural, na medida em que ela se constituiu, àquele nível, como uma cidade atlântica, ainda que de matriz mediterrânea. Deste modo, aquelas condicionantes, sobretudo de ordem histórica e geográfica, conferem à cidade de Lisboa um quadro societal bastante heterogéneo, agregando, assim, numa “mistura” complexa, múltiplos e variados comportamentos individuais, distintos modos e estilos de vida social e diferenciadas referências culturais, que no referido *magma societal* acabam por se assumir como bastante atípicos para qualquer um dos respectivos modelos de civilização urbana, tomados isoladamente.

Figura 3 - “A matriz rádio concêntrica” (mapa de Lisboa, 1948)



Figura 4 - “A expansão territorial e demográfica” (Plano Geral de Urbanização de Lisboa, 1967)



É sobretudo a geografia e a cultura que conferem uma dimensão *atlântica* a Lisboa, numa situação de *finisterra* como primeira marca territorial. Lisboa atlântica tem, portanto, uma “ondulação” de partir e de regressar, como se fosse uma “terra de ninguém”, em que as ondas marítimas, participando naquele

processo de identificação territorial, imprimem um movimento de abandono e de reconquista! Numa tal alegoria, está implícito ainda o “desígnio” da emigração além atlântico, que quase sempre se projecta com o desejo do regresso... mesmo que, em muitos casos, ele acabe por não se cumprir! Mas Lisboa é também, ainda que de modo mais difuso, uma *cidade mediterrânea*, pelo seu clima, pela sua luz e, sobretudo, pela sua cultura. Uma tal percepção é mais evidente na subtileza dos seus materiais e das suas cores, no delineado do edificado e do tecido urbano, na confecção dos seus sabores e na oscilação dos seus humores, enfim, muito mais visível na própria cultura material do que no quadro dos comportamentos sociais, demasiado “confundidos” e em parte integrados nos fluxos permanentes de “outras gentes”, dada a grande abertura cultural da cidade ao “exterior” e aos forasteiros, não tanto por influências estritamente turísticas, mas em grande medida por razões económicas e sociais.

Estamos ainda perante um “puzzle” muito heterogéneo, sublinhando uma profunda heterogeneidade social e cultural e que pode ser expressa a partir de uma tripla referenciação, concretamente, *o mar, a cidade e a metrópole*. Desde logo, *o mar*. Não será necessário, certamente, retomar as observações anteriores sobre a condição, aparentemente paradoxal, de um rio tornado *mar*, não só pela sua projecção dita ribeirinha (numa visão demasiado localizada), mas ao fim e ao cabo efectivamente marítima, como também pelo seu papel aglutinador (ou estruturante, numa linguagem mais técnica) de uma cidade de “duas margens”. Com efeito, o carácter *impressivo* do estuário do Tejo, não tanto pelas suas dimensões, mas sobretudo pela sua assunção como um mar “interino” (e de algum modo também “uterino”, se tivermos em conta o seu papel na formação originária da cidade!), constitui não só uma imagem muito forte de identificação de Lisboa, como se projecta, de modo incisivo ou subtil, no próprio imaginário da cidade.

**Figura 5 - “Metrópole de duas margens”
(Vista do satélite, anos 2000)**



O rio e o estuário do Tejo desdobram-se, assim, em diversas frentes urbanas e metropolitanas, mas sempre frentes de água, multiplicando as imagens da cidade e diferenciando social e culturalmente os modos de vivência e de apropriação desses espaços de “fronteira” identitária, porque de ambiguidade territorial. Constatamos, então, novos modos de apropriação das referidas frentes de água que se articulam com as mudanças registadas, nos últimos anos, nos estilos de vida urbana e nos sinais exteriores da vida cultural na cidade, num conjunto de efeitos circulares que, em última instância, acabam por sublinhar o carácter emblemático daquela íntima relação da terra com a água! A experiência cultural, no sentido da criação de “imaginários urbanos”, desenvolvida ao longo da realização da Exposição de Lisboa, em 1998 – exposição intencionalmente instalada numa zona, entretanto recuperada, da frente de água de Lisboa – não deixou de exercer alguma pedagogia sobre aquela íntima relação, acentuando, assim, as formas de aproximação da cidade com o seu rio. Que aquela mesma pedagogia tenha acabado por ser um tanto mistificada (dados os limites urbanos

e metropolitanos decorrentes daquela operação de “requalificação urbana”, demasiado fechada sobre si própria – cf. Matias Ferreira; Indovina, 1999), é algo que permite enfatizar, antes, os níveis de rentabilidade económica e o grau de ambiguidade política associados àquelas frentes de água, que não propriamente em relação às potencialidades da sua apropriação social e cultural.

Mas as imagens urbanas de Lisboa e os seus jogos simbólicos, podem ainda ser referenciados em relação à própria *cidade*, por mais difuso que possa ser um tal referente, tendo em conta o quadro metropolitano a que, em última análise, um tal referente terá que se reportar (como veremos melhor seguidamente). Numa tal referenciação simbólica, a cidade situa-se muito mais no quadro de um potencial imaginário, do que em imagens que ela possa ter de si mesma, em grande medida parcelizadas, porque tendencialmente “localizadas”. Em certo sentido, é a este nível que mais se estreita e se confunde a relação entre as imagens da cidade e a simbólica urbana, num jogo tentador do que poderíamos designar de imaginários simbólicos de Lisboa. Por outro lado, aquelas imagens espelham a grande diversidade social e cultural da própria cidade, correspondendo, assim, àquilo que os urbanistas designam, hoje, de *distritos urbanos*. Deste modo, o quadro da intervenção urbanística, ao ter em conta aquela diversidade social e cultural, jogará igualmente em função daquela multiplicidade de imagens urbanas.

**Figura 6 - “Lisboa em torno do Tejo”
(Parque das Nações, 2005)**



Mas assinalámos atrás um referente mais determinante, que se reporta, precisamente, à respectiva *metrópole*. Este referente parece articular-se, estreitamente, com a própria dimensão política e ideológica dos diversos projectos urbanos e metropolitanos, numa multiplicidade de propostas e de acções que, em última análise, se referenciam, realmente, no quadro da Metrópole de Lisboa. Como é evidente, não é só a este nível que a política se joga – e vimos, antes, como ela se deve materializar no contexto dos respectivos distritos urbanos. O que se pretende enfatizar é, antes, uma diferença de escala, neste caso mais determinante, mais estratégica, portanto, fazendo accionar a política a um nível mais global – também como contraposição dialéctica com aqueloutro nível mais local dos respectivos distritos urbanos. Ao fim e ao cabo e tendo em conta o que fomos desenvolvendo ao longo deste texto, talvez se possa concluir estarmos perante a estreita articulação entre a *Memória da Cidade* e o *Projecto da Metrópole de Lisboa*.

**Figura 7 - “Lisboa, metrópole de duas margens”
(Ponte Vasco da Gama, 2008)**



Referências Bibliográficas

Matias Ferreira, V. (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.

Matias Ferreira, V.; Indovina, F. (Org.) (1999), *A cidade da Expo'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Editorial Bizâncio.